

# GOVERNO





# **SOBRE**

## O GUIA DE FINANÇAS

Este Guia integra o Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT). Trata-se de um programa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinado a apoiar projetos executados pelas prefeituras voltados à melhoria da eficiência, da qualidade e da transparência da gestão pública. O quadro abaixo lista as ações que estão sendo implementadas em Jundiá, com os respectivos valores.

O Guia de Finanças é uma parte do Programa de Educação Fiscal. Foi elaborado com o intuito de explicar o funcionamento das finanças e os principais serviços públicos disponíveis em Jundiá. O conteúdo expõe, de forma simples e didática, o que é um orçamento e mostra a estrutura do governo, a origem dos recursos municipais e as áreas para as quais são destinados. Com dados de 2017, a publicação detalha as principais receitas e despesas da administração municipal local, além de apresentar aos leitores os equipamentos existentes e serviços prestados. O material é rico em informações gráficas, tornando sua leitura fácil e agradável. Vale a pena folheá-lo.

<b>PROJETO / AÇÃO</b>	<b>VALOR DO INVESTIMENTO (R\$)</b>
Sistema de Gestão Integrado dos Cadastros, da Dívida e da Cobrança sincronizado aos Cadastros da Administração Municipal	<b>1.807.354,00</b>
Capacitação dos servidores das Unidades de Gestão envolvidas no projeto	<b>206.586,00</b>
Atualização do Cadastro Multifinalitário Municipal por meio de Aerolevanteamento	<b>8.296.913,48</b>
Programa de Educação Fiscal	<b>851.000,00</b>
Serviço de consultoria para avaliação patrimonial imobiliária	<b>2.839.750,00</b>
Infovia / Jundiá Digital - Implantação de fibra ótica para interligar prédios municipais	<b>12.999.997,24</b>
Reestruturação de Data Center - Melhorias no Centro de Processamento de Dados do Município	<b>6.544.660,00</b>
Plano Diretor de Tecnologia da Informação	<b>260.500,00</b>
Implementação do Programa Melhorando a Gestão Pública	<b>1.208.089,28</b>
Gerenciamento do Projeto	<b>450.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>35.464.850,00</b>

### EXPEDIENTE

#### REALIZAÇÃO

Prefeitura de Jundiá

Estado de São Paulo

Unidade de Gestão de Governo e Finanças

Programa de Educação Fiscal

#### ELABORAÇÃO

Aequus Consultoria

NOVEMBRO/2018

# ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

A administração pública dos municípios brasileiros é responsabilidade dos poderes Executivo e Legislativo. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, cujas funções são acompanhar, fiscalizar e regular os atos do Executivo, assim como propor e aprovar leis de interesse da cidade.

Ao Poder Executivo compete a prestação dos serviços. Ele é composto pela administração direta e pela indireta. Quem exerce a direta é a Prefeitura, que é integrada pelo gabinete do prefeito e pelas Unidades de Gestão.

Em Jundiá, a administração indireta é formada por dez entidades, sendo quatro autarquias: a Escola Superior de Educação Física de Jundiá (Esef), a Faculdade de Medicina de Jundiá (FMJ), o Instituto de Previdência do Município de Jundiá (Iprejun) e a Escola de Gestão Pública de Jundiá (EGP); quatro fundações: a Fundação Casa da Cultura e Esportes de Jundiá, a Fundação Municipal de Ação Social (Fumas), a Fundação Televisão Educativa de Jundiá (FTVEJ) e a Fundação Serra do Japi (FSJ); e duas empresas de sociedade de economia mista, onde a Prefeitura possui a participação majoritária nas ações: a Companhia de Informática de Jundiá S/A (Cijun) e a DAE S/A – Água e Esgoto.

## ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL



# CICLO ORÇAMENTÁRIO

O planejamento das ações dos governos municipais no Brasil contém três etapas bem definidas. São elas: a Lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O **PPA** é um instrumento de planejamento de médio prazo, no qual são estabelecidos os objetivos, as diretrizes e as metas do governo. É elaborado no primeiro ano de mandato dos governos e tem validade de quatro anos, do 2º ano da gestão que se inicia ao 1º da próxima gestão. O PPA de Jundiá consta da Lei nº 8.862, de 16 de novembro de 2017, e cobre o período de 2018-2021. Para obter a íntegra do documento, basta acessar o seguinte endereço: [https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/Lei-8.862-PPA-2018-2021\\_final-2.pdf](https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/Lei-8.862-PPA-2018-2021_final-2.pdf).

A **LDO**, por sua vez, é elaborada no início de cada ano e encaminhada até 15 de abril para apreciação do Legislativo, com a finalidade de orientar a preparação do orçamento a ser aplicado no ano seguinte. A LDO nº 8.807, de 5 de julho de 2017, que orientou a elaboração da peça orçamentária de Jundiá para o exercício de 2018, pode ser consultada em <https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/Lei-n%C2%BA-8807-de-2017-1.pdf>.

Finalmente, a **LOA** é o instrumento no qual o governo estima as receitas e detalha as despesas que pretende efetuar em pessoal, investimentos e gastos correntes nas funções de saúde, educação, segurança, etc. Para o presente exercício, a Lei Orçamentária Anual é a de número 8.898, de 20 de dezembro de 2017, que pode ser consultada em <https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/Or%C3%A7amento-2018.pdf>.



# ORIGEM DAS RECEITAS DE JUNDIAÍ

As receitas dos municípios são divididas em dois grupos: receitas correntes e receitas de capital. Em 2017, Jundiaí obteve uma receita de R\$ 1,95 bilhão. Desse total, R\$ 1,93<sup>1</sup> bilhão foi proveniente de receitas correntes e apenas R\$ 16,5 milhões, de receitas de capital.

As receitas correntes têm origem em recursos que entram regularmente nos cofres públicos e são compostas, basicamente, pelos tributos, pelas outras receitas administradas pelo município e pelas transferências dos governos federal e estadual. As receitas de capital, por sua vez, são formadas pela contratação de operações de crédito, pela venda

de bens públicos e pela obtenção de recursos com outros níveis de governo. Toda receita de capital só pode ser convertida em gastos de capital, como investimentos na realização de obras e aquisição de bens duráveis, a exemplo de automóveis, computadores e mobiliário.

As receitas que a Prefeitura recolhe diretamente são muito importantes para Jundiaí, cuja arrecadação de R\$ 663 milhões respondeu por 34% da receita total. Entre os tributos municipais, os de maior destaque são: ISS, IPTU, IRRF e ITBI. As receitas provenientes da dívida ativa

e da Contribuição de Iluminação Pública (CIP) também têm peso significativo, sendo que o recurso obtido por meio desta última só pode ser alocado em iluminação pública.

As transferências correntes são provenientes dos governos estadual e federal. São obrigatórias e regulamentadas pela Constituição Federal. As principais transferências oriundas da União são o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e os recursos destinados ao financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS). As do governo estadual são o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Em 2017, o governo estadual transferiu R\$ 641 milhões para Jundiaí, a título de ICMS, valor que representou 33% da receita total. O ICMS é um tributo de competência dos estados, que semanalmente repassam 25% da arrecadação para os municípios em seu território. Esse encaminhamento é feito com base num índice de participação, calculado anualmente pela Secretaria Estadual da Fazenda.

A arrecadação do IPVA também é de competência dos governos estaduais. Do total recolhido deste imposto, 50% ficam com o Estado, e a outra metade é direcionada ao município onde o veículo foi licenciado. O governo estadual direcionou para Jundiaí a quantia de R\$ 104 milhões, referente à nossa frota.

**JUNDIAÍ OBTEVE  
UMA RECEITA DE**

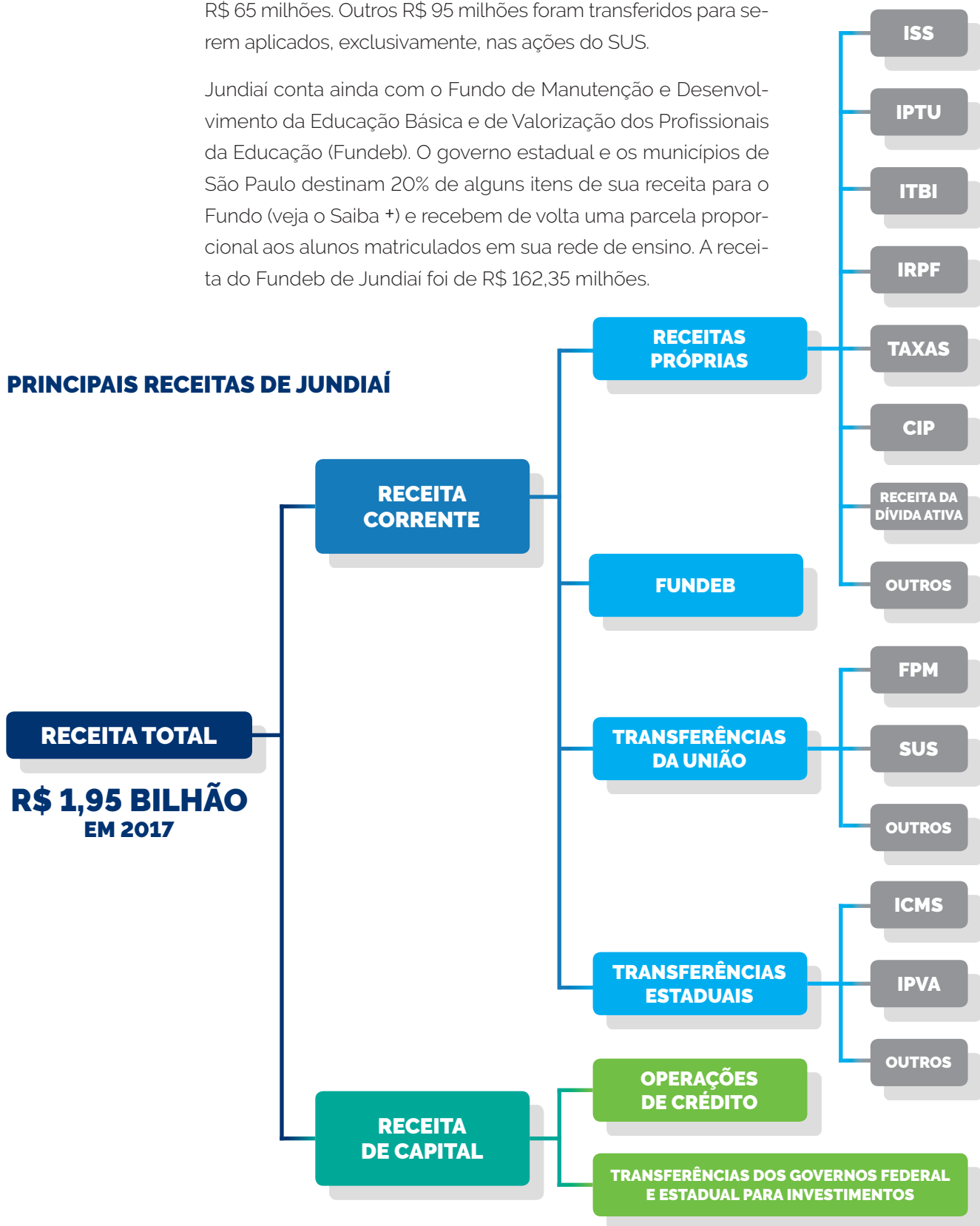
**R\$ 1,95  
bilhão**

**1** Valor já descontados R\$ 162 milhões referentes às deduções do Fundeb

A União, por sua vez, repassou de FPM para Jundiá a cifra de R\$ 65 milhões. Outros R\$ 95 milhões foram transferidos para serem aplicados, exclusivamente, nas ações do SUS.

Jundiá conta ainda com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O governo estadual e os municípios de São Paulo destinam 20% de alguns itens de sua receita para o Fundo (veja o Saiba +) e recebem de volta uma parcela proporcional aos alunos matriculados em sua rede de ensino. A receita do Fundeb de Jundiá foi de R\$ 162,35 milhões.

## PRINCIPAIS RECEITAS DE JUNDIAÍ



## PRINCIPAIS RECEITAS PRÓPRIAS

### ISS

O ISS incide sobre a prestação de serviços por empresas ou profissionais autônomos, e seu fato gerador são os serviços listados na Lei Federal Complementar nº 116/2003.

### IPTU

O fato gerador do IPTU são a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel. O contribuinte é o proprietário do imóvel. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, sobre o qual recai uma alíquota definida no âmbito municipal. Em Jundiá, as alíquotas são de 2% sobre o valor venal do terreno sem edificação e de 1,5% sobre o valor venal do imóvel edificado.

### ITBI

O ITBI tem como fato gerador a transmissão de bens imóveis, e a base de cálculo do imposto é o valor venal do bem. Em Jundiá, a alíquota do ITBI é de 2,5% sobre o valor venal do imóvel ou sobre o valor da transação; o que for maior.

### IRRF

O Imposto sobre a Renda é um tributo federal. No entanto, a parcela cobrada sobre todo rendimento pago pelas prefeituras, como salários, aposentadorias e pensões, é retida e contabilizada como receita do município, ou seja, não é repassada à União.

## Taxas municipais

As taxas são tributos com destinação vinculada ao custeio de determinadas atividades realizadas pelo governo. Elas se dividem em dois grupos. O primeiro é composto pelas taxas relacionadas à prestação de serviços, cujas receitas destinam-se ao custeio de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, como a Taxa de Limpeza Pública. O segundo é formado por taxas pelo exercício do poder de polícia, recolhidas para custear as atividades públicas de controle, fiscalização, vistoria, inspeção ou concessão de licença.

### CIP

A Contribuição de Iluminação Pública (CIP) é cobrada com a conta de energia elétrica, e sua receita só pode ser aplicada para custear o serviço de iluminação pública.

## Receita da dívida ativa

É formada por um conjunto de débitos constituídos por pessoas físicas e jurídicas com o poder público, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento. Portanto, a receita da dívida ativa corresponde ao recebimento desses créditos que os governos detêm contra terceiros.

## PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO

### ICMS

A arrecadação do ICMS é de competência dos estados. Segundo a Constituição Federal, os estados devem repassar 25% da arrecadação desse imposto aos seus respectivos municípios. Para dividir a quota do ICMS entre as cidades de um Estado, são utilizados os Índices de Participação dos Municípios (IPMs), calculados anualmente de acordo com o artigo 158, parágrafo único, da Constituição Federal. Da parcela destinada às cidades, no mínimo, 75% devem ser distribuídos de acordo com o valor adicionado de cada município e os 25% restantes, conforme critérios próprios adotados em cada Estado.

### IPVA

A arrecadação do IPVA também é de competência dos governos estaduais. Do total recolhido deste imposto, 50% ficam com o Estado, e a outra metade é repassada ao município onde o veículo foi licenciado.

## PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

### FPM

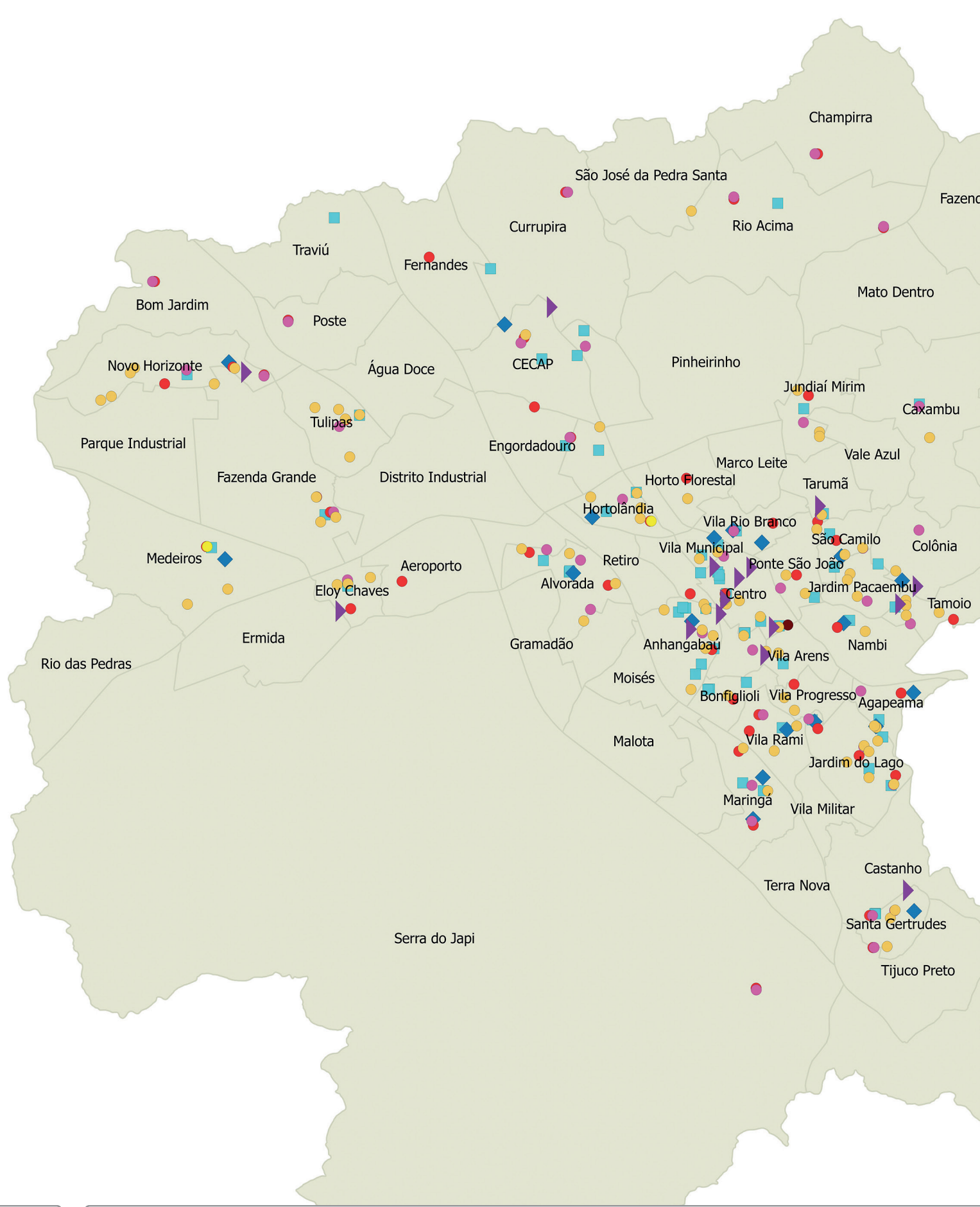
O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é formado, por 24,5% da receita do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A cada 10 dias faz-se um crédito do FPM para os municípios de todo o Brasil, com base em critérios definidos em legislação.

## SUS (União e estados)

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um sistema tripartite com financiamento e integração das ações dos três níveis de governo: União, estados e municípios. As cidades devem aplicar em Saúde, no mínimo, 15% da receita de IPTU, ITBI, ISS e IRRF e dos valores integrais das transferências constitucionais do FPM, ICMS, IPVA, ITR, IPI-exportação e da compensação pela desoneração das exportações – Lei Kandir. Além disso, recebem recursos complementares da União e do Estado para aplicar no sistema municipal de saúde.

## Fundeb

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é formado por 20% da receita estadual e municipal do ICMS, do IPVA, do IPI-exportação, da Compensação pela Desoneração do ICMS das Exportações (LC nº 87/1996), do ITCD, do ITR, do FPM e do FPE. Cada município de São Paulo tem uma participação nesse Fundo de acordo com o número de alunos matriculados em sua rede de ensino.







## MAPA DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DISPONÍVEIS EM JUNDIAÍ

- ▶ Assistência Social
- Pré-escola
- Escola - Creche
- Escola - Educação Infantil
- Escola - Ensino Fundamental
- Escola - Educação de Jovens e Adultos
- ◆ Esporte - Complexo Educacional, Cultural e Esportivo
- Saúde

2.5 0 2.5 km



**VISUALIZE O MAPA  
COM MAIS DETALHES**



Fonte: Vigilância Socioassistencial da Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social (UGADS)

# DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 2017



Total da Despesa  
por Função  
R\$ **1.856.200.085**

PLATAFORMAS

- Governo, Finanças e Transparência
- Desenvolvimento Sustentável
- Educação e Cultura
- Segurança Municipal e Proteção do Cidadão
- Inclusão e Desenvolvimento Social
- Saúde e Qualidade de Vida
- Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Emprego

*A maior parte dos recursos é direcionada para as áreas de saúde e educação, que juntas responderam por mais da metade (52%) de toda a despesa municipal de 2017.*

## SAÚDE

Em 2017 foram aplicados R\$ 487 milhões na área de saúde, o que equivale a 26% de toda a despesa municipal. Jundiá é integrante do SUS, sistema no qual a União, estados e municípios integram ações e recursos para seu funcionamento. Assim, do total aplicado em saúde, R\$ 95 milhões foram destinados pela União e R\$ 1,2 milhão, pelo governo estadual, para ajudar nas despesas da área. Como pode-se ver, os recursos próprios aplicados por Jundiá são responsáveis por cerca 80% da despesa total com as atividades do SUS no município.

A Constituição Federal exige que os municípios apliquem, no mínimo, 15% das receitas de impostos em saúde. Jundiá destinou à área o percentual de 27,23%, portanto acima do limite exigido.

A rede municipal de saúde conta com 36 Unidades Básicas de Saúde (UBSs), 10 Unidades de Atenção Especializada e seis unidades de atendimento na Rede de Urgência e Emergência, que realizaram 1,5 milhão de exames, 535 mil atendimentos nas UBSs e 203 mil atendimentos especializados.



## EDUCAÇÃO

Para a educação foram destinados, em 2017, R\$ 487 milhões. A rede municipal de ensino conta com 112 unidades, entre escolas e creches, que atenderam a mais de 35 mil alunos matriculados na educação infantil, na educação fundamental e na educação de jovens e adultos. A educação também atendeu, no período, a 2,8 mil alunos em 56 escolas contratadas. Diariamente, a rede municipal de ensino disponibilizou aproximadamente 120 mil refeições para seus alunos.

Jundiaí direcionou para a Educação o percentual de 29,08% da receita de impostos, acima do limite mínimo de 25% exigido pelo Constituição Federal.



## DÍVIDA

Outra despesa importante é com o pagamento de juros e amortização do principal, referente a empréstimos contraídos e dívidas previdenciárias. Essas despesas totalizaram **R\$ 28 milhões**.

## CÂMARA MUNICIPAL

Para a Câmara Municipal, foi transferida, a quantia de **R\$ 28,9 milhões** para o exercício da atividade parlamentar.



## SEGURANÇA

Conforme o artigo 144 da Constituição Federal, a segurança pública é uma atribuição dos estados brasileiros. Entretanto, muitas prefeituras têm somado esforços com os governos estaduais para a manutenção da ordem pública, optando pela criação das Guardas Municipais.



EFETIVO  
DA GUARDA

Em 2017, foram aplicados R\$ 57 milhões na segurança de Jundiaí, recursos necessários para manter a Guarda Municipal e a Defesa Civil, esta última com a função de desempenhar as atividades de prevenção contra os efeitos de desastres naturais. A Guarda, que conta com um efetivo de 333 guardas e uma frota de 74 veículos, realizou mais de 12 mil atendimentos.



VEÍCULOS

**12.155**

TOTAL DE  
ATENDIMENTOS

Além da atividade de policiamento das ruas, compete a essa corporação administrar todo o parque de videomonitoramento da cidade. São 187 câmeras, distribuídas por todo o município.

## ESPORTE E CULTURA

Em atividades voltadas para esporte e cultura, foram direcionados R\$ 45 milhões, em 2017. Jundiaí conta com 73 academias ao ar livre e 20 complexos educacionais, culturais e esportivos, entre outros equipamentos.

**16**

CAMPOS DE  
FUTEBOL

Os museus e a Pinacoteca permanecem abertos todos os finais de semana e pelos Jardins do Solar do Barão passam aproximadamente 900 pessoas por dia. O Teatro Polytheama conta com uma vasta programação e o município mantém quatro corpos artísticos na cidade: a Cia. de Teatro, de Dança, o Coral Municipal e a Orquestra Municipal. São oferecidas ainda oficinas de teatro, dança, música, artes visuais e circo para cerca de mil pessoas por semana.

**10**

GINÁSIOS  
POLIESPORTIVOS

APROXIMADAMENTE

**9 MIL**

ATENDIMENTOS  
POR ANO (5 A 93 ANOS)



COMPLEXOS EDUCACIONAIS,  
CULTURAIS E ESPORTIVOS - CECES

**900**

PÚBLICO DIÁRIO DO  
JARDIM SOLAR DO BARÃO

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social também responde por uma parcela expressiva das despesas. Em 2017, os recursos aplicados na área somaram R\$ 45 milhões, investidos em programas destinados a pessoas e famílias em situação de alta vulnerabilidade social. Jundiá conta com seis Centros de Referência de Assistência Social (Cras), um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), um Centro de Referência do Idoso (Crijú) e um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), que realizam cerca de 50 mil atendimentos por ano.

6

CRAS

1

CRIJU

1

CREAS

1

CADASTRO ÚNICO

APROXIMADAMENTE

50 MIL

ATENDIMENTOS  
POR ANO

1

CENTRO POP

## URBANISMO

As despesas em urbanismo na cidade consumiram, em 2017, R\$ 254 milhões. A maior parte desses recursos, de R\$ 116 milhões, foi destinada para limpeza urbana e varrição de ruas, sendo que foram coletadas 96 mil toneladas de lixo domiciliar. As despesas com urbanismo abarcam também a roçada de 5,6 milhões de m<sup>2</sup>, a jardinagem de 1,5 milhão de m<sup>2</sup> e operações de tapa-buraco de mais de 9 mil m<sup>2</sup>. Outra atividade importante é a manutenção dos parques e jardins da cidade. Jundiá conta com 446 praças, oito parques e dois bosques, o do Currupira e Jardim Copacabana.

96MIL  
TONELADAS

COLETA LIXO  
DOMICILIAR

5,6  
MILHÕES M<sup>2</sup>

ROÇADA

446

PRAÇAS

10

PARQUES  
E BOSQUES

73

ACADEMIAS  
AO AR LIVRE

745

LUMINÁRIAS  
IMPLANTADAS

1,5  
MILHÃO M<sup>2</sup>

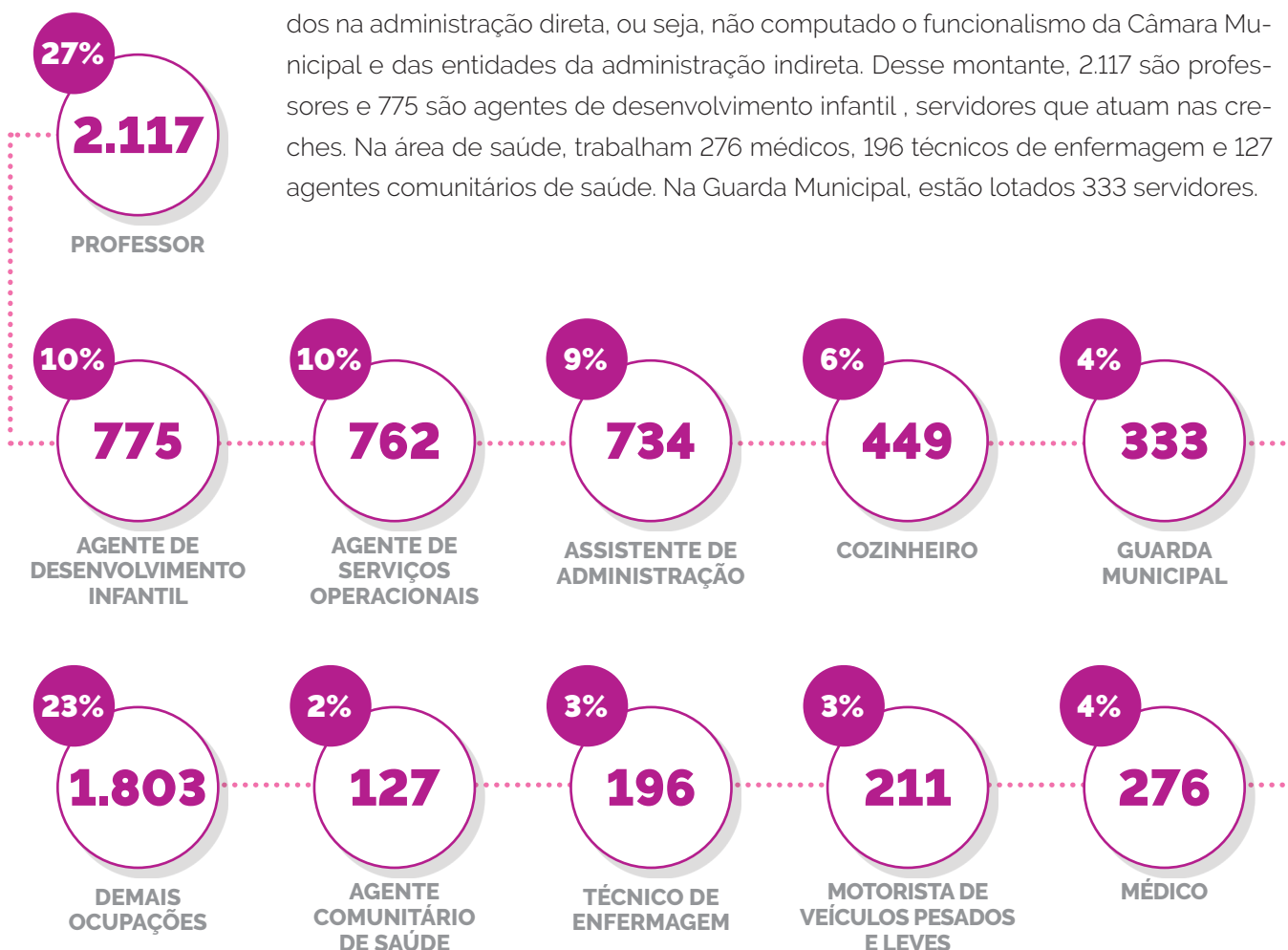
JARDINAGEM

## PESSOAL

Em 2017, a despesa com pessoal do Poder Executivo e do Legislativo totalizou R\$ 777 milhões, que correspondeu a 44,52% da Receita Corrente Líquida, percentual abaixo do limite máximo de 54% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal editada em 2000.

As despesas com pessoal referem-se aos servidores que atuam nas áreas de governo já mencionadas anteriormente neste Guia, como saúde, educação, urbanismo, entre outras. São despesas com professores, médicos, enfermeiros, engenheiros, guardas municipais, assistentes sociais, servidores que atuam na área administrativa.

Em 31 de dezembro de 2017, Jundiaí contava com um efetivo de 7.783 servidores lotados na administração direta, ou seja, não computado o funcionalismo da Câmara Municipal e das entidades da administração indireta. Desse montante, 2.117 são professores e 775 são agentes de desenvolvimento infantil, servidores que atuam nas creches. Na área de saúde, trabalham 276 médicos, 196 técnicos de enfermagem e 127 agentes comunitários de saúde. Na Guarda Municipal, estão lotados 333 servidores.



TOTAL DE PROFISSIONAIS **7.783**

# PLATAFORMAS

Jundiaí adota um modelo de administração por **PLATAFORMAS**, no qual as **UNIDADES DE GESTÃO** são agrupadas por eixo de atuação, o que garante uma melhor integração e gerenciamento das políticas públicas. Consulte o nosso site e explore as opções desejadas. [jundiai.sp.gov.br](http://jundiai.sp.gov.br)

## PREFEITURA

- PREFEITO
- VICE-PREFEITO
- CONSELHOS

## SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

- ESPORTE E LAZER
- PROMOÇÃO E SAÚDE
- ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (ESEF)
- FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ (FMJ)

## EDUCAÇÃO E CULTURA

- CULTURA
- EDUCAÇÃO

## GOVERNANÇA, FINANÇAS E TRANSPARÊNCIA

- ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
- CASA CIVIL
- GOVERNO E FINANÇAS
- INOVAÇÃO E RELAÇÃO COM O CIDADÃO
- NEGÓCIOS JURÍDICOS E CIDADANIA
- COMPANHIA DE INFORMÁTICA DE JUNDIAÍ (CIJUN)
- ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA (EGP)
- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO (IPREJUN)
- PROCON
- TELEVISÃO EDUCATIVA DE JUNDIAÍ
- CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
- DEFESA CIVIL
- GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL
- OUVIDORIA

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
- PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
- MOBILIDADE E TRANSPORTE
- FUNDAÇÃO SERRA JO JAPI
- DEPARTAMENTO DO BEM-ESTAR ANIMAL
- DAE S/A

## INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO
- FUMAS
- FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE (FUNSS)

## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TECNOLOGIA E EMPREGO

- AGRONEGÓCIO, ABASTECIMENTO E TURISMO
- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

## SEGURANÇA MUNICIPAL E PROTEÇÃO DO CIDADÃO

- SEGURANÇA MUNICIPAL
- GUARDA MUNICIPAL